



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2019.

## INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Indicação nº 055/2019 – TRIBUTAÇÃO, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, ARBITRAGEM,  
ISS FIXO vs ISS VARIÁVEL

Indicante: Ana Tereza Basílio

Relatora: Paula Menna Barreto Marques

Ementa: Exame do posicionamento do fisco do Município de São Paulo sobre o desenquadramento das sociedades de advogados das regras de tributação previstas no art. 9º, §§ 1º a 3º, do Decreto-Lei nº 406, de 1968, na hipótese de recebimento de honorários para atuação na qualidade de árbitro em arbitragens nacionais ou internacionais

Palavras-chaves: ISSQN, Tributação per capita, Arbitragem, sociedades de advogados.

Prezados Senhores

Trata-se de Parecer solicitado, em 12.9.2019, pela ilustre Presidente da Comissão de Mediação e Arbitragem, Dra. Ana Tereza Basílio, que tem por objetivo analisar o novo posicionamento do fisco do Município de São Paulo, que vem desenquadrando as sociedades de advogados que prestam serviço de arbitragem das regras especiais de tributação, previstas no art. 9º, §§ 1º a 3º, do Decreto-Lei nº 406/68.



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Com o intuito de facilitar a análise da questão, o Parecer se encontra dividido nos seguintes tópicos: (i) Introdução; (ii) A mudança de entendimento do Fisco Municipal de São Paulo; (iii) O Instituto da Arbitragem e o seu Enquadramento nos Serviços Advocáticos; (iv) O Regime Especial de Tributação previsto no Decreto-Lei nº 406/68 para as Sociedades Unipessoais de Advogados; (v) O Posicionamento Jurisprudencial sobre o Tema; (vi) Conclusão.

## I – Introdução

Em razão de sua inegável pujança econômica, aliado a um Poder Judiciário local abarrotado, a cidade de São Paulo tem se revelado a localidade em que mais se utiliza a Arbitragem no País. Inclusive, a maior parte das Câmaras Arbitrais nacionais se localiza no Município de São Paulo, o que inclui a sede da CCI – Câmara de Comércio Internacional, que é considerada a maior do mundo.

Não obstante isto ou exatamente em virtude de tal fato, recentemente, o fisco do Município de São Paulo passou a entender pelo desenquadramento das sociedades de advogados que atuam em Arbitragem do regime especial de tributação previsto no artigo 9º, §§ 1º a 3º, do Decreto-Lei nº 406/68.

Este entendimento parte da premissa, a nosso ver equivocada, de que a atuação em Arbitragem não estaria restrita à atividade advocatícia, o que demonstraria que este serviço não poderia ser enquadrado como verdadeira atuação de advogado, capaz de atrair a incidência das regras especiais de tributação previstas para esta atividade profissional.

Na verdade, como será melhor abordado na sequência, a Arbitragem, especialmente após a edição da Lei nº 9.307/96, encontra-se em verdadeira ascensão. Ela vem como uma solução a tão conhecida morosidade e ausência de efetividade das decisões estatais.



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

De fato, a consolidação da arbitragem no Brasil se deu, especialmente, pelo prestígio dado pelos nossos Tribunais na utilização deste instituto, conferindo eficácia às sentenças e às convenções arbitrais<sup>1</sup>.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal recentemente pacificou o tema da possibilidade de criação, pelos Municípios, de restrições à plena aplicação do Decreto-Lei nº 406, recepcionado pela Constituição como Lei Federal.

Assim, deve-se analisar o posicionamento da Municipalidade, no sentido de restringir, ou mesmo inibir, a atuação das grandes bancas de advocacia de atuarem em Arbitragens, à luz das normas constitucionais de acesso à justiça, e da inviabilidade de criação de critérios não exigidos em Lei para a plena aplicação do art. 9º, §§ 1º a 3º, do Decreto-Lei nº 406/68.

## II – A mudança de entendimento do Fisco Municipal de São Paulo

Como dito acima, o fisco do Município de São Paulo, recentemente, passou a fazer interpretação diversa dos demais Entes da Federação sobre o tratamento tributário das receitas obtidas pelas sociedades de advocacia quando exercem a atividade arbitral, ou seja, nos casos em que as bancas ou os advogados destas recebem honorários para figuram como Árbitros, ao fundamento central de que a atividade de arbitragem não é privativa da advocacia e, por este motivo, não poderia ser tributada como remuneração de atividade advocatícia.

Isto é, pelo novel entendimento adotado pelo fisco paulista, a sociedade de advogados poderá ser desenquadrada do regime especial de tributação pela Prefeitura de São Paulo por ter no quadro societário profissionais que atuam em Arbitragens.

---

<sup>1</sup> Sobre o tema vale destaque ao julgamento do Pedido de Homologação de Sentença Estrangeira (SE) nº 5206, no qual, após suscitar a inconstitucionalidade de alguns artigos da Lei de Arbitragem, o STF, por maioria de votos, decidiu pela constitucionalidade da Lei.



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Destaca-se que o desenquadramento do fisco paulista tem atingido não só as específicas verbas das parcelas da remuneração arbitral, mas todos os valores percebidos pela banca de advocacia no período, vindo a cobrar alíquota de 5% (cinco por cento) sobre todo o faturamento do Escritório.

Por ora, se trata apenas de posicionamento isolado do Município de São Paulo. Não obstante, além da importância decorrente do expressivo vulto financeiro da Arbitragem em São Paulo, nada impede que os demais Municípios “peguem carona” nesse inédito entendimento, o que se revela ainda mais factível diante do agravamento da crise fiscal que assola o País.

Este posicionamento, a nosso ver, não só prejudica a utilização da arbitragem como, ainda, viola os princípios constitucionais da competência tributária, na medida em que criaria óbices Municipais à plena aplicação da Lei Federal, além de criar situação de verdadeira desigualdade entre contribuintes na mesma situação jurídica.

### III - Instituto da Arbitragem e o seu Enquadramento como Serviço Advocatício

Assola hoje o Poder Judiciário o assombroso número de cerca de 100 milhões de processos. Este relevantíssimo dado já aponta pela impossibilidade de Poder Estatal de garantir uma prestação jurisdicional adequada e efetiva em tempo razoável. Esse aspecto problemático, contudo, não diz respeito somente ao Brasil. Em todo o Mundo há um cenário de intensas discussões acadêmicas e legislativas em torno desta questão.

É nesse contexto que surge com muita força os denominados meios alternativos de resolução de conflito<sup>2</sup>, entre eles e com especial relevância a Arbitragem.

---

<sup>2</sup> Como marco desse movimento, a doutrina faz referência à *Pound Conference*, realizada em 1976, na qual estabeleceu-se algumas premissas para busca de novos meios para a resolução de conflitos. “*There are no panaceas; only promising avenues to explore. And there is so much we do not know.*” Trecho da conclusão proferida por Frank A. Sander, na segunda *Pound Conference*, em 1976, que fortaleceu muitíssimo o movimento pró-técnicas alternativas (ADR – *Alternative Dispute Resolution*). (SANDERS, Frank. A. *Varieties of dispute processing*. In:



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Em relação à Arbitragem, o seu desenvolvimento no Brasil passou por caminhos tortuosos. Desde a edição da Lei nº 9.307/96, questionou-se a legalidade de sua utilização, a suposta necessidade de homologação judicial de seu resultado, além do controle e os limites da sentença arbitral<sup>3</sup>. Carmona sustentava haverem “*críticas, especialmente de processualistas ortodoxos que não conseguem ver atividade processual – e muito menos jurisdicional – fora do âmbito da tutela estatal estrita*”<sup>4</sup>.

Após um longo período de instabilidade, hoje a arbitragem vive um momento de evidente fortalecimento no Brasil. De acordo com o *ranking* da Câmara de Comércio Internacional de 2016, o Brasil é o 5º país com maior número de partes envolvidas em Arbitragens, atrás apenas dos Estados Unidos, Ilhas Virgens Americanas, Belize e França.<sup>5</sup>

É evidente, portanto, que a Arbitragem vem passando por um momento de verdadeira ascensão no Brasil, seja pelo posicionamento dos Tribunais nacionais sobre o tema, seja pelo fortalecimento do País no mercado internacional.

Uma das grandes vantagens atribuídas à arbitragem, é o fato de que a decisão final da causa será proferida por um especialista na matéria. Ou seja, por um julgador que, detentor de conhecimentos técnicos específicos, será escolhido pelas partes para apreciar a lide.

Na prática, em razão da especialidade técnica, é comum que advogados atuem na qualidade de Árbitros, como verdadeiros julgadores da questão jurídica posta. Nesses casos, os

---

LEVEN, A. Leo; WHEELER, Russell R. *The Pound Conference: perspectives on justice in the future*. Minnesota: West Publishing Co. 1979. p. 86).

<sup>3</sup> Sobre o tema, vale destaque ao julgamento do Pedido de Homologação de Sentença Estrangeira (SE) nº 5206, no qual, após suscitar a inconstitucionalidade de alguns artigos da Lei de Arbitragem, o STF, por maioria de votos, decidiu pela constitucionalidade da Lei.

<sup>4</sup> CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e Processo: um comentário à Lei no 9.307/96*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.26.

<sup>5</sup> <http://amaerj.org.br/noticias/brasil-e-o-5o-pais-que-mais-utiliza-arbitragem-no-mundo/>



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Árbitros atuam na qualidade de advogado, na medida em que o saber jurídico, aliado ao alto nível de especialidade técnica, é imprescindível para o revolvimento da causa.

Ademais, em regra, a remuneração dos árbitros ocorre através do pagamento de honorários, os quais variam de acordo com cada Câmara e de acordo com benefício econômico envolvido<sup>6</sup>.

Deve-se ressaltar, inclusive, que o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, aprovado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, através de sua Resolução nº 2, de 19.10.2015, prevê que se aplicam às disposições relativas ao Código e, ainda, especificamente aos honorários profissionais às arbitragem e aos demais meios alternativos de resolução de conflitos (arts. 77 e 48, § 4º, do Código de Ética e Disciplina da OAB<sup>7</sup>)

Assim, é evidente que o serviço prestado por advogados especializados, atuando na qualidade de Árbitros, se enquadra em serviço jurídico capaz de atrair o regime especial de tributação.

Conclui-se, assim, que a Arbitragem no Brasil encontra-se em período de verdadeira ascensão, em especial em razão do prestígio conferido pelo Poder Judiciário ao seu instituto, viabilizando a sua instauração e mantendo hígida as sentenças proferidas pelos Tribunais Arbitrais.

---

<sup>6</sup> A título de exemplo, a Câmara de Arbitragem da FGV-Rio disponibiliza tabela sugestiva de honorários, segundo a qual, nas causas entre R\$ 5 milhões e R\$ 15 milhões, o valor mínimo de honorários para cada árbitro é R\$ 110 mil e máximo R\$ 180 mil. Por sua vez, na Câmara de arbitragem Ciesp\Fiesp, para as causas entre R\$ 10 milhões e R\$ 15 milhões, o mínimo de honorários para cada árbitro é de R\$ 115 mil, e o máximo é R\$ 180 mil.

<sup>7</sup> Art. 77. As disposições deste Código aplicam-se, no que couber, à mediação, à conciliação e à arbitragem, quando exercidas por advogados.

Art. 48. A prestação de serviços profissionais por advogado, individualmente ou integrado em sociedades, será contratada, preferentemente, por escrito.

§ 4º As disposições deste capítulo aplicam-se à mediação, à conciliação, à arbitragem ou a qualquer outro método adequado de solução dos conflitos.



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

No que se refere à atuação dos árbitros, em geral, o encargo é atribuído a advogados, em razão de sua expertise e dos conhecimentos técnicos envolvidos. Essa atividade, portanto, se enquadra, *in totum*, como serviço advocatício, já que prestado diretamente por advogado, diante de seu saber profissional.

## IV - O regime especial de tributação previsto no Decreto-Lei nº 406/68 para as sociedades unipessoais de advogados

A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, define os serviços de competência dos Municípios em extensa lista anexa, nos quais se incluem os serviços jurídicos (item 17), dentre eles os serviços de advocacia.

O fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), portanto, é aquele definido na lei municipal, a qual deve respeitar os limites traçados pela lei complementar. O contribuinte é o prestador de serviço, nos termos do art. 5º da LC nº 116/2003.

Como se sabe, por força do Decreto-Lei n. 406/68, notadamente o art. 9º, §§ 1º e 3º, as sociedades uniprofissionais de advogados recolhem o ISS aos Municípios em regime especial de tributação, mais precisamente recolhem um valor fixo por cada sócio na sociedade, ao invés de se aplicar alíquota percentual sobre a remuneração recebida pelo escritório:

“Art. 9º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

1º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

§ 3º Quando os serviços a que se referem os itens 1, 4, 8, 25, 52, 88<sup>8</sup>, 89, 90, 91 e 92 da lista anexa forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do § 1º, calculado em relação a cada profissional habilitado.

---

<sup>8</sup> Item 88. Da lista de serviço anexa: Advogados.



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - R.J. - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.”

Nesse sentido, importante trazer à colação a diferenciação na prestação de serviços entre pessoas física e jurídicas, conforme defendido por Fernando Facury Scaff<sup>9</sup>:

“É importante e imprescindível para o deslinde da presente questão deduzir item a item o preceito normativo acima. Passemos a fazê-lo:

I – quando a prestação de serviços for contratada com pessoa física:

- a) poderá haver cobrança através de alíquotas fixas ou variáveis;
- b) para sua apuração deverá ser observada a natureza do serviço prestado ou outros fatores pertinentes;

c) sendo expressamente vedada a utilização, como base de cálculo, da importância paga a título de remuneração pelo trabalho do próprio contribuinte

2- quando a prestação de serviços for contratada com pessoa jurídica:

- a) as sociedades deverão pagar o ISS da mesma forma prevista no parágrafo único acima comentado;

b) será calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio ou não, que trabalhe na e para a sociedade;

c) a responsabilidade pela prestação do serviço será pessoal, nos termos da lei aplicável”.

Como se vê, diante da impossibilidade das sociedades de advocacia assumirem caráter empresarial, por expressa vedação legal, a forma de cálculo do imposto municipal, com base na natureza do serviço, deve obrigatoriamente ocorrer por meio de alíquotas fixas (valor fixo por advogado), não compreendendo a importância paga a título de remuneração do próprio labor.

As sociedades uniprofissionais, portanto, constituem exceção à base de cálculo ordinária do ISSQN (preço do serviço). A apuração do *quantum debeatur* da exação deve tomar como base o número de profissionais inscritos, consoante o supracitado § 3º do art. 9º do DL nº 406/68.

---

<sup>9</sup> SCAFF, Fernando Facury. O ISS das Sociedades de Advogados. In: Revista Dialética Direito Tributário, n. 13, 30-36, out. 1996, p. 31





# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Portanto, nas hipóteses de enquadramento de atividade advocatícia, é imprescindível que a apuração do ISSQN se dê com base no Decreto-Lei nº 406, de 1968, que estipulou um regime especial para este tipo de tributação.

## V- O posicionamento do jurisprudencial sobre o tema

Inúmeras tentativas legislativas municipais visando indevidamente alterar a forma de tributação do ISS das sociedades uniprofissionais previstas no Decreto-Lei n. 406/68 restaram barradas pelo Judiciário.

Como se sabe, o Supremo Tribunal Federal recepcionou o DL nº 406 como Lei Federal, conferindo-se a este o *status* de incidência nacional. Nesse sentido, apenas para colacionar o vetusto posicionamento externado pela Suprema Corte, cite-se:

“TRIBUTÁRIO. MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. REVOGAÇÃO, PELA LEI Nº 2.080/93, DO ART. 29 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. ISS DEVIDO PELAS SOCIEDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS. DECRETO-LEI Nº 406/68, ART. 9º, §§ 1º E 3º. Revogação que não teve o efeito de afastar a incidência, no caso, das normas sob enfoque, do DL nº 406/68, que a jurisprudência do STF tem como recebido, no ponto, com o caráter de lei complementar, pela Constituição de 1988 (art. 146, III, a e d). Recurso conhecido e provido.” (RE 224.760, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, Primeira Turma, DJ de 19/11/1999).

Ainda nessa linha, restou editado o enunciado da Súmula nº 663 do STF, cuja tese esteia-se no posicionamento manifestado nos Recursos Extraordinários nºs 220.323, 249.411, 228.052 e 236.604, sendo aquela colenda Corte categórica ao afirmar expressamente que “Os §§ 1º e 3º do art. 9º do DL. 406/68 foram recebidos pela Constituição.” (DJE de 13/10/2003).

Não obstante a citada Súmula da jurisprudência dominante, a questão restou sedimentada apenas recentemente por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário de nº RE 940.769 (Tema 918), que, no dia na qual em 24 de abril de 2019, em regime de repercussão geral,



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

**afastou definitivamente a competência do Município para fixar critérios para o enquadramento das sociedades uniprofissionais para fins de ISS, visto que referida matéria é de competência de lei complementar nacional:**

“O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 918 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário, com a declaração incidental de inconstitucionalidade dos arts. 20, § 4º, II, da Lei Complementar 7/73, e 49, IV, §§ 3º e 4º, do Decreto 15.416/2006, ambos editados pelo Município de Porto Alegre, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Em seguida, por maioria, fixou-se a seguinte tese: **“É inconstitucional lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa em bases anuais na forma estabelecida por lei nacional”**. Plenário, 24.04.2019.

A título de esclarecimento, o litígio em questão decorreu de reação dos advogados de Porto Alegre contra o Decreto Municipal nº 15.416/06, que impedia as bancas de advocacia inscritas na cidade de recolherem o ISS sob o regime da tributação fixa.

Em suma, determinou o Supremo Tribunal Federal que a única forma de alteração do regime especial de tributação das sociedades uniprofissionais de que trata o Decreto-Lei nº 406/68 seria pela via Congresso Nacional, com a edição de novo diploma legal com mesmo *status* de lei complementar de índole nacional para fins de revogar ou dispor de maneira diversa sobre a tributação dos serviços desenvolvidos pelas sociedades uniprofissionais, dentre elas as bancas de advocacia.

O ministro Alexandre de Moraes, em seu voto, destacou, ainda, que havia uma “proliferação de interpretações” pelo país sobre as sociedades uniprofissionais e citou o próprio Município de São Paulo: “Cada novo prefeito que assume, em busca da tentativa de arrecadar mais, interpreta novamente esse tema. Sempre por um viés ou outro”.



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - R.J. - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Por sua vez, a discussão específica aqui tratada, em relação ao posicionamento do fisco municipal de São Paulo envolvendo honorários de Arbitragem, tentando agora por outra via, mais uma vez, afastar os advogados do regime de tributação especial do ISS de que trata Decreto-Lei n. 406/68, ainda não aportou nos Tribunais Superiores.

No entanto, o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em relação à discussão em tela, apesar de ainda ser incipiente, por se tratar de recente interpretação, já está caminhando no sentido de garantir, de forma antecipada, às sociedades de advogados o seu direito ao enquadramento regular. *Verbis*:

“Trata-se de agravo de instrumento contra a r. decisão de fls. 275 que indeferiu o pedido de tutela provisória de urgência, tendo em vista que o juízo a quo não vislumbrou presente o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, eis que a questão envolvia direito patrimonial da autora, que é passível de reparação adequada no momento oportuno. Presentes os pressupostos legais, defiro o efeito suspensivo ao recurso para prevenção de eventual ilegalidade da qual resulte lesão grave e de difícil reparação à agravante. Desse modo, é o presente para determinar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário”.

(TJSP - Agravo de Instrumento Processo nº 2154733-26.2019.8.26.0000 - Órgão Julgador: 14ª Câmara De Direito Público - Relatora: Mônica Serrano)

\* \* \* \*

“A impetrante diz que é sociedade simples pura, devidamente constituída e registrada perante a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob nº 12.481, e tem por objeto único e exclusivo a prestação de serviços advocatícios, que são executados por seus próprios sócios, em caráter pessoal e privado, enquadrando-se, por tal razão, no conceito de Sociedade Uniprofissional, disciplinado na Lei nº 13.701/2003.(...) Pede a concessão da medida liminar para determinar que a autoridade impetrada se abstenha de realizar novas cobranças relativas ao ISS, devidos entre o período de janeiro/2018 a maio/2018. **DISPOSITIVO.** (...) Isto posto e considerando o mais que dos autos consta, CONCEDO a segurança, a fim de reconhecer a ilegalidade da exigência do ISSQN sobre o faturamento no período de janeiro a maio de 2018, no qual a impetrante esteve desenquadrada do regime especial, para que seja garantido o seu direito de efetuar o recolhimento dos valores devidos a título de ISS com base no regime de tributação diferenciado (SUP) permitindo-se a emissão ou reemissão das guias de recolhimento, sem qualquer encargo adicional.”



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

(TJSP - Mandado de Segurança Cível nº 1024261-86.2019.8.26.0053 – 16ª  
Vara de Fazenda Pública – Juíza: Ana Luiza Villa Nova)

Nessa linha, a questão do regime do ISS para o recebimento de valores a título de honorários em arbitragem deve ser analisada sob a ótica dos parâmetros fixados pelos Tribunais Superiores em casos análogos, no sentido de que não cabe ao fisco local restringir o alcance do regime especial à sociedade uniprofissional de advocacia.

## VI – Conclusão

Como visto, ainda que se entenda que a arbitragem não corresponda a serviço prestado exclusivamente por advogados, não há dúvida de que se trata de atividade correlata que também é prestada por advogados altamente especializados, sendo inerente à profissão. Os sócios, ao prestarem serviço de Árbitro, o farão na condição de advogados, ou seja, no exercício da mesma atividade fim da Sociedade: advocatícia, em observância ao requisito da Lei Federal.

É imprescindível que se leve em conta, também, que os advogados realizam diversos serviços que não são privativos à área, como, por exemplo, as defesas nos processos administrativos tributários, a representação em licitações e também nos recursos contra as multas que são aplicadas pelos órgãos ambientais ou até órgãos de trânsito, a impetração de *habeas corpus*, etc. Estas não são atividades privativas de advogados, mas ninguém questiona que o advogado, quando as realiza, está exercendo atividade advocatícia.

Assim, considerando-se que a Arbitragem é uma modalidade legítima de resolução de conflitos e que faz parte da natureza da advocacia, as receitas provenientes dessa atuação devem ser tratadas, para todos os efeitos, inclusive fiscais, como receita da sociedade de advogados cujo integrante oficiou como Árbitro.



# *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080 - RJ - Brasil*

*Tels.: (21) 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Nesta toada, apesar de não ser um serviço privativo da advocacia, quando prestado por advogado especializado, deve ser entendido como serviço advocatício para fins de incidência da norma excepcional. Isto é, sendo a sociedade prestadora da atividade arbitral constituída como sociedade uniprofissional, não se observa caráter empresarial ou comercial que ensejaria o desenquadramento do regime especial do ISS.

Não é possível, assim, a criação de óbices locais que, extrapolando a competência fiscal, estabeleçam formas e critérios diferenciados para o enquadramento das sociedades de advogados, impossibilitando a regular aplicação da Lei Federal.

A nosso ver, pelas mesmas razões jurídicas, tal entendimento também deve ser aplicado à atividade de advogado nas atuações como mediador ou conciliador, não obstante não se tenha conhecimento que o fisco paulista tenha se insurgido em face de tais remunerações.

Diante do exposto, resta evidente a inconstitucionalidade e ilegalidade do posicionamento que vem sendo adotado pelo fisco do Município de São Paulo, ao desenquadrar as sociedades de advocacia em que seus sócios atuem como Árbitros, já que a atividade arbitral é inerente à advocacia, não cabendo impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa em bases anuais, na forma estabelecida por lei complementar nacional.

27 de setembro de 2019.

**Paula Menna Barreto Marques**

OAB/RJ 165.772

Membro da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem